

Extensão, inclusão social e linguagem: o curso “Língua Portuguesa: comunicação eficaz na UFABC”

Extension programs, social inclusion and language: the course "Portuguese Language: effective communication at UFABC"

Cleide Lima da Silva, Márcia de Oliveira Lupia

RESUMO: A linguagem é um sistema de comunicação que garante a todos aqueles que conhecem seus signos uma interação social. Compartilhar o mesmo sistema de sinais insere o indivíduo em uma determinada cultura. Dessa forma, a linguagem traz consigo elementos necessários à inclusão. Neste artigo, apresentamos os resultados de um curso de Língua Portuguesa direcionado a funcionários terceirizados, por meio de um edital específico de extensão da Universidade Federal do ABC (UFABC). Discutimos as expectativas e desafios da universidade para alcançar a inclusão social, seja pelo uso da linguagem, com a abordagem dos conceitos de Bakhtin (2014), ou pelas metas e ações que constam no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2013 – 2022) da UFABC. A partir da experiência da coordenação desse curso e de questionários aplicados antes e depois de sua oferta, concluímos que ações desse tipo são importantes para inclusão de membros da comunidade universitária, mas que a sua descontinuidade e a falta de conhecimento sobre as necessidades de seus diferentes públicos podem provocar um desequilíbrio nas oportunidades oferecidas pela universidade.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão. Inclusão Social. Linguagem.

ABSTRACT: Language is a system of communication that guarantees for all those who know their signs a social interaction. Sharing the same system of signs inserts the individual into a particular culture. In this way, language brings necessary elements for inclusion. In this article, we present the results of a Portuguese language course directed at outsourced employees, through a specific announcement of extension of the Federal University of ABC (UFABC). We discuss university expectations and challenges to achieve social inclusion, either through the use of language, the approach to Bakhtin's concepts (2014), or by the goals and actions contained in the Institutional Development Plan - PDI (2013-2022) of UFABC. From the experience of this coordination's course and of questionnaires applied before and after its offer, we conclude that actions of this type are important for inclusion of members of the university community, but that the discontinuity and lack of knowledge about the needs of its different public can create an imbalance in the opportunities offered by the university.

KEYWORDS: Extension Programs. Social Inclusion. Language.

Considerações Iniciais

A extensão é um dos pilares que impulsiona a existência da universidade e deve ser estimulada na mesma medida que o ensino e a pesquisa como prevê o princípio da indissociabilidade do art. 207 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Nessa tríade, a extensão universitária exerce o papel de aproximação da universidade com a sociedade através do conhecimento produzido. O saber científico gerado nesse espaço não deve ser limitado apenas a ele, mas estendido a todos. Para Paula (2013, p. 6), a extensão universitária é:

(...) o que permanece e sistematicamente convoca a universidade para o aprofundamento de seu papel como instituição comprometida com a transformação social, que aproxima a produção e a transmissão do conhecimento de seus efetivos destinatários, cuidando de corrigir, nesse processo, as interdições e bloqueios, que fazem com que seja assimétrica e desigual a apropriação social do conhecimento, das ciências e das tecnologias.

Dessa forma, a universidade tem a responsabilidade e a obrigação de difundir o conhecimento aos diversos setores da sociedade por meio de ações extensionistas. Deve definir, continuamente, metas a fim de contribuir para a minimização das disparidades que distanciam a comunidade da produção científica universitária, proporcionando a inclusão social.

Embora haja um reconhecimento das instituições de ensino superior de que a extensão deve caminhar lado a lado com o ensino e pesquisa, na prática, geralmente, não é o que acontece. Bordenave (2005) afirma que esses pilares não estão integrados dentro da universidade, como aponta a Carta Magna, e também não recebem as mesmas porções de recursos, atenção e *status*.

O ensino, normalmente, é o que tem a maior proporção, 80%, enquanto a pesquisa e a extensão ficam com as menores fatias, 15% e 5%, respectivamente, aponta o estudo

de Bordenave (2005). Para o autor, a extensão é, dentre esses componentes, o mais problemático. Isso se deve ao fato de que sua finalidade ainda não é um consenso.

A Universidade Federal do ABC (UFABC), localizada na região metropolitana de São Paulo, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2013-2022, declara que sua missão é “a promoção do avanço do conhecimento através de ações de ensino, pesquisa e extensão”. Tem como princípios a interdisciplinaridade, a excelência e a inclusão social. (UFABC, 2013, p. 61).

A UFABC (2013, p. 63) destaca em seu PDI que cabe à extensão atender as “demandas da sociedade, quer seja em termos de formação de recursos humanos, quer seja no desenvolvimento regional e nacional”.

Pretende-se que a inclusão social na UFABC seja “praticada tanto como um ato de responsabilidade e solidariedade quanto como um processo ativo de identificação e desenvolvimento de talentos” (UFABC, 2013, p. 4). Um de seus objetivos é assegurar que a inclusão social alcance todos os segmentos da sociedade. (UFABC, 2013).

A inclusão é vista nessa instituição não apenas como uma obrigação social de inserção de setores da sociedade menos favorecidos, ela se propõe a buscar continuamente a valorização das diversas esferas da comunidade e proporcionar uma transformação na vida das pessoas a partir de seu potencial.

A finalidade da inclusão social é buscar, por meio de ações, o equilíbrio interna e externamente ao ambiente acadêmico de todo o conhecimento científico produzido pela universidade, seja pelo ensino, pela pesquisa ou pela extensão.

Discutiremos neste artigo o tema da inclusão social nas atividades de extensão universitária, dedicando nossa atenção para a questão da inclusão social pelo uso da linguagem, já que o projeto escolhido para análise privilegiou o ensino da língua portuguesa no contexto universitário, e também pela categoria dos funcionários terceirizados da UFABC.

A linguagem é vista por Bakhtin (2014) como um processo dialógico que somente pode ser realizado a partir da interação verbal com o outro. Trata de uma relação estabelecida socialmente nas línguas entre sujeitos. Desse modo, um indivíduo somente é capaz de produzir um enunciado quando existe a possibilidade de interação com o outro. Podemos concluir que a linguagem funciona, na concepção bakhtiniana, como um instrumento de inclusão social.

É nessa conjuntura que temos como objetivo avaliar o processo de inclusão social na UFABC em relação ao projeto de extensão “Língua Portuguesa: comunicação eficaz na UFABC”, destinado aos funcionários terceirizados dessa instituição de ensino. Para tanto, procuramos analisar, por meio das legislações externa e interna, da proposta do curso, da confecção do material utilizado e das avaliações e expectativas dos terceirizados, se esse tipo de ação como ferramenta de tentativa de inserção desse grupo de pessoas vai ao encontro dos preceitos de inclusão social do ponto de vista de linguagem e das políticas extensionistas, conforme proposto em sua criação.

O projeto

O “Curso de Língua Portuguesa: comunicação eficaz na UFABC” surgiu como uma proposta para um programa de capacitação direcionado aos funcionários terceirizados da Universidade Federal do ABC. A Pró-reitoria de Extensão e Cultura (ProEC)¹ dessa instituição de ensino, por meio do Edital n.º 005/2015, promoveu a chamada para a apresentação de propostas de cunho voluntário de projetos, cursos, oficinas e eventos voltados ao aperfeiçoamento desse grupo de funcionários. De acordo com o edital, o Programa de Capacitação para Terceirizados da UFABC seria “um dos alicerces para a implementação de propostas para a inclusão dos servidores terceirizados

¹ Pró-reitoria de Extensão e Cultura. Na época do Edital e acontecimento do curso, era denominada Pró-reitoria de Extensão (ProEx).

da UFABC à vida comunitária, garantindo a esses o direito de usufruir das facilidades e oportunidades promovidas pela comunidade universitária”.

Considerando o objetivo do edital de proporcionar a inserção desse grupo de funcionários na comunidade universitária e tendo em vista nossas formações acadêmicas e experiências voltadas ao ensino de línguas, passamos a vislumbrar a possibilidade da criação de um curso que contemplasse as necessidades dessas pessoas com relação ao uso da Língua Portuguesa de maneira eficaz na comunicação em diferentes contextos e dentro de diversos grupos na comunidade universitária.

A proposta encaminhada em fevereiro de 2015 à ProEC foi analisada por um Comitê de Avaliação criado para esse fim. Este grupo de avaliação foi estruturado por representantes da UFABC, sendo eles integrantes da Pró-reitoria de Extensão e Cultura, da Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas, da Superintendência de Gestão de Pessoas, da Prefeitura Universitária e do Ramo Estudantil IEEE. A avaliação considerou quesitos como “relação do público alvo com a ação”, “metodologia e procedimentos” e “acompanhamento e avaliação da ação”.

Após a aplicação de um questionário de interesse entre os terceirizados, pudemos identificar que 45 pessoas demonstraram interesse em participar do curso; desses 45 funcionários, 41 possuíam nível de escolaridade entre Ensino Médio Incompleto e Ensino Superior Completo. Verificamos os horários de trabalho e disponibilidade desse grupo. De posse desses dados, estruturamos o curso da seguinte maneira: duas turmas ofertadas (uma no período matutino e outra no vespertino), com encontros duas vezes por semana, de aulas de duas horas de duração. O curso teve duração de 32 horas, tendo início em 01/09/2015 e término em 29/10/2015. Ofertaram-se 20 vagas para cada turma.

Concomitantemente às inscrições feitas pelos terceirizados, a organização de um processo seletivo para a busca de voluntários e a confecção de uma apostila foram feitas. As voluntárias selecionadas como professoras são profissionais da educação com doutorado e mestrado. A apostila foi idealizada e confeccionada pelas proponentes e

coordenadoras do curso, contendo assuntos como Gramática Normativa e Gramática Descritiva, Pronomes, Nova Ortografia e Concordância Verbal.

Os grupos começaram suas aulas com 09 alunos pela manhã e 10 alunos no período da tarde. Desses, 04 concluíram-no na primeira turma citada e 08 na segunda. Ao final do curso, ambas as turmas fizeram uma avaliação do conteúdo estudado e responderam a um questionário de *feedback* com perguntas relacionadas ao curso e o impacto em sua formação pessoal e profissional.

Extensão, inclusão e linguagem

A fim de garantir a discussão sobre as necessidades de políticas extensionistas e o planejamento das diretrizes para colocá-las em prática, as universidades públicas brasileiras contam com um Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão. Das reuniões desse grupo, documentos importantes para a consolidação das práticas nesse âmbito foram elaborados, em acordo com as leis que regem a Administração Pública. Dentre esses, interessa-nos o “Plano Nacional de Extensão 1999/2001” e seus desdobramentos (MEC/SESu, 2001).

Para fins de pesquisa, cabe-nos entender sobre os envolvidos nessas ações e os impactos que elas causam. Para isso, trazemos um recorte da relação de indicadores de compromisso institucional e dos impactos sociais relacionados às ações extensionistas e elencados por esse Fórum:

Compromisso Constitucional	Impactos Sociais
O grau de formalização da extensão na estrutura universitária;	Relevância social, econômica e política dos problemas abordados nas instituições;
A definição clara das políticas institucionais, com explicitação de metas e prioridades;	Segmentos sociais envolvidos;
A conceituação e tipologia das atividades de extensão;	Interação com órgãos públicos e privados e segmentos organizados;
A existência de sistemas de informação sobre as atividades desenvolvidas;	Objetivos e resultados alcançados;

O grau de participação da extensão no orçamento da universidade;	Apropriação, utilização e reprodução, pelos parceiros, do conhecimento envolvido na atividade de extensão;
O grau de valorização das carreiras docente e técnico-administrativa;	Efeito da interação resultante da ação de extensão nas atividades acadêmicas.
A existência de programas institucionais de fomento às atividades de extensão;	
O envolvimento dos docentes nas atividades;	
A interação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e a inserção das atividades de extensão nos programas departamentais.	

1. Tabela indicadores. Fonte: A avaliação Nacional da Extensão, pp. 29-30.

De acordo com os indicadores apresentados, podemos constatar que o segmento dos trabalhadores terceirizados não aparece explicitamente citado em ambas as colunas. Dos segmentos que constituem a força de trabalho no meio acadêmico, fica clara a valorização de duas carreiras: a “docente” e a “técnico-administrativa”. Entretanto, quando são expostos os impactos sociais das ações extensionistas, existe a preocupação com a “relevância social, econômica e política dos problemas abordados nas instituições” e com os “segmentos sociais envolvidos”. Neste viés, ainda que de maneira implícita, devemos considerar a inclusão dos grupos que constituem a comunidade acadêmica e que são responsáveis pelo seu funcionamento, além dos servidores docentes, técnico-administrativos e discentes. Na UFABC, os trabalhadores da manutenção, portaria, segurança, zeladoria, transporte, copeiragem e limpeza constituem parte essencial para o funcionamento da máquina universitária. Eles formam um grande grupo de funcionários e encontram-se inseridos no dia a dia da universidade, envolvidos, de formas diversas, na vida acadêmica.

Seguindo os caminhos da legislação externa pertinente ao tema, o regimento interno da UFABC não contempla de forma clara a inclusão dos funcionários terceirizados nos programas de extensão e capacitação. No PDI, existe uma menção sobre o atendimento das ações de extensão na “formação de recursos humanos” o que poderíamos estender aos funcionários terceirizados; já no regimento interno, encontramos a menção dos terceirizados na Portaria da Reitoria nº 1.001 de 16 de dezembro de 2014,

que disciplina a participação de servidores técnico-administrativos da UFABC em eventos de capacitação. No Art. 36, temos que “Dentro das possibilidades legais e no interesse da administração, os funcionários terceirizados e os estagiários da UFABC poderão participar, na qualidade de alunos ouvintes, dos eventos do Plano de Cursos da UFABC”; isso implica em uma forma modesta de tentativa de inserção desse grupo às capacitações “como alunos ouvintes”, o que, ao nosso ver, ainda não seria o ideal.

A partir do Edital n.º 005/2015 promovido pela ProEC é que passamos a vislumbrar o esforço da instituição para a capacitação dos funcionários terceirizados, com foco na inclusão e no contexto acadêmico. Já na apresentação do edital, os recortes “inclusão dos servidores terceirizados da UFABC à vida comunitária” e “direito de usufruir das facilidades e oportunidades promovidas pela comunidade universitária” refletem esse objetivo e, conseqüentemente, levou-nos a pensar em autores da linguagem que baseassem seus estudos na inclusão social, respeitando o contexto em que os envolvidos estão inseridos.

Baseados nessas premissas, estruturamos a proposta do curso de língua portuguesa a partir dos preceitos de Bakhtin (2014). O autor afirma que os sujeitos que participam da troca de informações por meio de enunciados são históricos e que devemos considerar nessa troca que os enunciados acontecem em determinado tempo e local. Uma palavra pode ser repetida por inúmeras vezes, mas cada uma das vezes ganha uma significação, decorrente do sistema abstrato dado pelo fenômeno social da interação verbal. “De fato, há tantas significações possíveis quanto contextos possíveis” (BAKHTIN, 2014, p. 109). Sendo assim, de acordo com o documento que submetemos à apreciação da Comissão de Avaliação que aprovou nossa proposta, destacamos a comunicação como a base das relações entre os grupos que formam a comunidade acadêmica, destacando que a linguagem deveria ser estudada e revista por esses funcionários como uma ferramenta de inclusão nesse meio, atendendo as necessidades cotidianas interna e externamente.

O desenvolvimento do material e das aulas seguiram os pressupostos do autor de que conhecemos a Língua Materna, sua estrutura e vocabulário por enunciados concretos,

os quais ouvimos e reproduzimos na comunicação efetiva com as pessoas que fazem parte de nossos círculos (BAKHTIN, 2014). Destarte, procuramos priorizar a utilização de explicações, exemplos e exercícios que pudessem contextualizar a realidade desse grupo dentro da UFABC. A fim de ilustrar, trazemos exemplos retirados da apostila utilizada no curso:

O reitor não permitirá a _____ de servidores no próximo ano, já que a universidade não possui o quadro de pessoal completo. (cessão/seção/sessão)

Esse primeiro exemplo de exercício extraído da apostila do curso “Língua Portuguesa: comunicação eficaz na UAFBC” (2015, p. 26), aparece nos estudos de palavras parônimas. As três palavras da questão são comuns dentro do contexto da universidade. A primeira delas, cessão, trata de afastamento concedido a servidor para que ele possa servir a outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de acordo com o artigo nº 93 da Lei nº 8.112/90. Inúmeras são as vezes que “cessão de servidor”, “servidor cedido”, ou “Fulano foi cedido para tal lugar” aparecem nos enunciados da UFABC. A segunda palavra, seção, aparece frequentemente como referência às divisões de setores de dentro da universidade, como por exemplo a “Seção de Ingresso e Movimentação de Pessoal”. A última, sessão, aparece como o tempo de uma reunião ou assembleia, por exemplo, em “sessão solene de posse do reitor”, “sessão extraordinária do Conselho Universitário”, entre outros. O exercício contempla a realidade em que o funcionário terceirizado está inserido, aprimorando sua comunicação. Segundo Bakhtin (2014), a palavra tem um sentido ideológico ou vivencial e está relacionada ao contexto, carregando um conjunto de significados que socialmente foram atribuídos a ela. Sendo assim, o estudo dos usos de palavras nesse contexto acadêmico vai ao encontro da ideia de inclusão pela linguagem, conforme o autor.

No segundo exemplo, fizemos o recorte de um quadro explicativo sobre os pronomes e tratamentos e seus usos:

Função ou Cargo	Pronome de tratamento	Abreviatura	Vocativo	Endereçamento
Reitores*	Vossa Magnificência ou Vossa Excelência	V. Mag. ^a ou V. Maga. ou V. Exa. ou V. Ex. ^a	Magnífico Reitor ou Excelentíssimo Senhor Reitor	Ao Magnífico Reitor ou Ao Excelentíssimo Senhor Reitor
Vice-reitores*	Vossa Excelência	V. Ex. ^a ou V.Exa.	Excelentíssimo Senhor Vice-Reitor	Excelentíssimo Senhor Vice-Reitor
Assessores* Pró-Reitores* Diretores* Coord. de Departamento*	Vossa Senhoria	V.S. ^a ou V.Sa.	Senhor + cargo	Ao Senhor Nome Cargo

2. Adaptação de Quadro de Pronomes de Tratamento. Fonte: Apostila “Curso de Língua Portuguesa: comunicação eficaz na UFABC, p. 49.

O quadro traz esses usos por se tratarem de pessoas cujas posições fazem parte da hierarquia universitária. Além do tratamento presencial, por telefone e e-mail, muitas correspondências são recebidas e encaminhadas pelo correio para outras universidades federais; por isso, a importância de se estudar também o endereçamento. Entretanto, mais que trazer esses usos que são consolidados em livros e manuais de gramática, o material traz uma observação ao final da tabela acerca do tratamento que os dirigentes da UFABC adotaram no dia a dia, carregando a marca do uso social para a linguagem. A maior parte deles é professor da instituição e, por conseguinte, preferem ser chamados pelo próprio nome ou pelo nome antecedido pela palavra professor: “(...) É muito comum dirigir-se ao reitor, vice-reitor e pró-reitores utilizando simplesmente a palavra “PROFESSOR” + Nome. Exemplos: Professor Klaus, Professor Dácio” (LUPIA; LIMA, 2015, p. 49).

Dentro do escopo da inclusão social, pudemos ver neste subtítulo que a inserção do grupo de terceirizados da UFABC passou a ser foco apenas a partir do edital que resultou em ações extensionistas para esse público. O curso “Língua Portuguesa: comunicação eficaz na UFABC” alicerçou-se nos preceitos de Bakhtin (2014) relativos à

inclusão pela linguagem, desde o momento de sua proposta até a execução das aulas. Para o autor, os conteúdos falados ou escritos acabam obedecendo um conteúdo temático, organização composicional e estilos ligados às finalidades específicas de cada esfera de atividade das pessoas (BAKHTIN, 2011).

A fim de complementarmos nosso estudo, trazemos no próximo subtítulo uma breve análise relacionada às expectativas e percepções dos terceirizados em comparação à política de inclusão proposta por esse tipo de ação de Extensão.

Expectativas e impactos

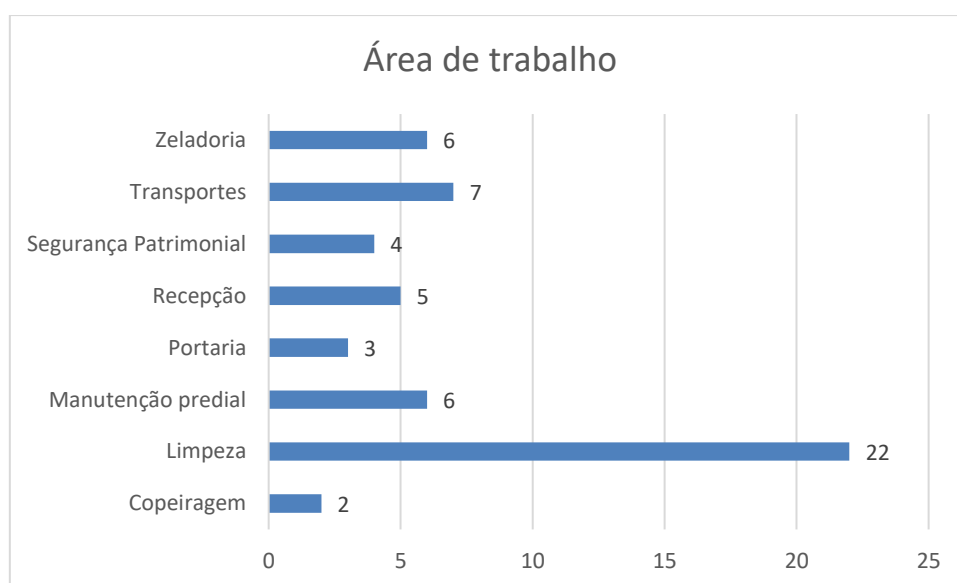
Para elaborar uma proposta de curso de língua portuguesa que melhor atendesse as necessidades da comunidade de terceirizados da UFABC, a coordenação do curso aplicou um questionário de interesse nas palestras, oficinas e cursos gratuitos que seriam oferecidos pela UFABC por meio do Edital n.º 005/2015.

O questionário foi encaminhado à Prefeitura Universitária, área responsável por fiscalizar o contrato dos terceirizados, para que distribuíssem aos funcionários. Foram coletadas informações sobre o setor e horário de trabalho, dias da semana disponíveis para participar do curso, *campus* em que atuavam e que poderiam participar das atividades, escolaridade, perspectivas de estudo para o futuro, cursos de interesse e sugestão para os próximos cursos, oficinas ou palestras.

É importante destacar que o questionário especificou que os cursos oferecidos se destinavam àqueles que pretendessem realizá-los fora do expediente, visto que a universidade não possui gerência das atividades desenvolvidas pelos funcionários durante o horário de trabalho, sendo essa de responsabilidade das empresas contratadas. Dessa forma, os funcionários foram questionados sobre a disponibilidade de participação nos cursos antes ou após o expediente.

A partir do resultado dos 55 questionários devolvidos à coordenação, foi realizado um diagnóstico prévio para a continuidade das ações relacionadas ao curso “Língua

Portuguesa: comunicação eficaz na UFABC”. Com exceção das áreas de ajudante geral, almoxarifado, jardinagem, malote e manutenção de ar-condicionado, todas as outras áreas que desenvolvem atividades importantes para a funcionamento da universidade responderam o questionário:

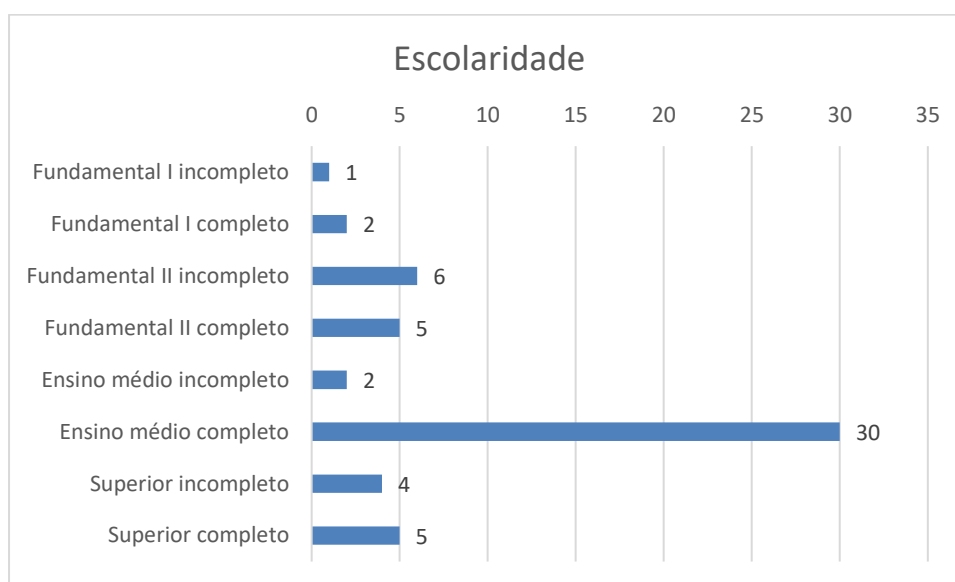


3. Área de trabalho dos funcionários terceirizados. Elaboração nossa.

Todas essas áreas têm uma necessidade de aprimoramento na comunicação nas suas interações com os demais membros e visitantes da comunidade acadêmica. Essa afirmação é validada pelo resultado positivo de análise dos dados extraídos do questionário: 100% dos terceirizados informaram ter interesse em participar do curso de língua portuguesa, mesmo com a possibilidade de participar das atividades apenas antes ou após o expediente.

Considerando o número de interessados e suas disponibilidades, a coordenação concluiu que deveriam, dependendo do número de inscritos, ser ofertadas duas turmas de no máximo 20 pessoas cada em dois horários distintos, uma no período da manhã e outro no período da tarde. Outro fator importante considerado para o conteúdo da apostila elaborada pelas coordenadoras foi a escolaridade dos terceirizados dessa enquete. A

maioria desses funcionários possuem o ensino médio completo, conforme gráfico apresentado a seguir:

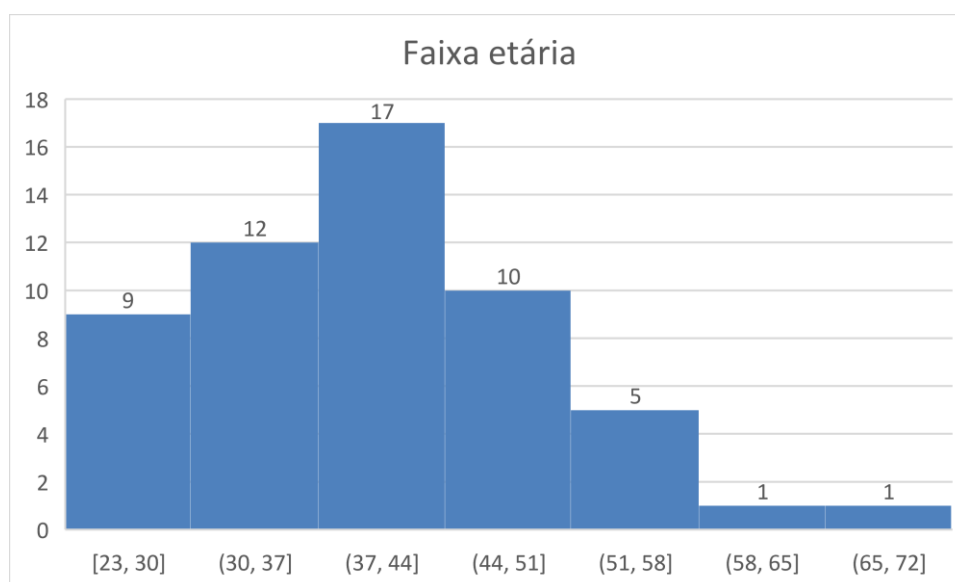


4. Escolaridade dos funcionários terceirizados. Elaboração nossa.

Observamos que o número de interessados no ensino fundamental não é significativo, nesse contexto de análise, para que fosse formada uma turma específica para esse nível escolar. No caso do público do fundamental I, consideramos que a proposta inicial do curso de extensão não seria apropriada para esses funcionários, visto que o profissional adequado para o desenvolvimento de competências linguísticas para esse tipo de ação seria o pedagogo.

Diante da identificação do nível de escolaridade da maioria dos interessados, optamos por elaborar uma apostila que englobasse conteúdos que revisassem a matéria aprendida no ensino médio, visto que muitos desses concluintes responderam almejar o ingresso no ensino superior nos anos seguintes e alguns comentaram o desejo de passar em algum concurso público. Nosso curso foi elaborado, então, com o objetivo de não somente atender as necessidades de comunicação na universidade, em seu contexto, mas também de aprimorar os conhecimentos da língua e contribuir para a realização pessoal

desses profissionais, que estão na maioria na faixa etária acima dos 30 anos, conforme representação gráfica:



5. Faixa etária dos funcionários terceirizados. Elaboração nossa.

Esse resultado nos indica que mesmo não tendo tido oportunidades para cursar o ensino superior no início da juventude, esses funcionários têm como expectativa prosseguir os estudos, embora estejam em faixas etárias com inúmeros compromissos da vida adulta. Além do interesse absoluto pelo curso de língua portuguesa, aproximadamente 83% dos terceirizados demonstraram intenção de participar em outras atividades de extensão oferecidas pelo Edital n.º 005/2015.

Embora os resultados do questionário tenham trazido dados muito positivos para realização desse projeto, a baixa participação dos terceirizados no curso de língua portuguesa, conforme dados já apresentados, deve ser investigada para um melhor aproveitamento das ações extensionistas da universidade.

Considerações Finais

Dos pilares que sustentam as atividades acadêmicas, a Extensão é tida como um dos que menos recebem atenção, mesmo tendo a importante função de aproximar a

sociedade da universidade. Isso se deve, muitas vezes, à falta de investimento e organização de tempo e força de trabalho para a difusão das iniciativas.

Constatamos que, tanto em legislação externa quanto interna à UFABC, o segmento de funcionários terceirizados não é contemplado explicitamente em ações extensionistas. Em 2015, no entanto, a universidade, por meio da sua Pró-reitoria de Extensão e Cultura, lançou um edital exclusivo para ações que pudessem propiciar a inclusão desses trabalhadores à comunidade acadêmica.

Por acreditarmos que a inclusão social tem como sua principal forma a inserção pela linguagem, desenvolvemos o curso “Língua Portuguesa: comunicação eficaz na UFABC”, baseando-nos nos preceitos bakhtinianos, desde sua proposta até a sua execução.

A final do curso, um questionário de avaliação foi respondido pelos alunos, que reagiram de forma positiva em relação ao desenvolvimento da disciplina, dos recursos utilizados e tempo disponibilizado para realização das atividades. De modo geral, os participantes se sentiram motivados e interessados pelos conteúdos abordados. Uma das alunas comentou nessa avaliação que o curso ajudou nas provas do vestibular, outros indicaram a necessidade de continuar a oferta do curso a outros interessados. Entre os aspectos negativos, os alunos apontaram a insuficiência da carga horária do curso.

Os resultados alcançados por esse projeto foram bastante satisfatórios, embora o número de inscritos tenha ficado bem abaixo do número de interessados. Durante as etapas de seleção dos voluntários, elaboração do material e desenvolvimento das atividades contamos com o apoio da comunidade interna e externa à UFABC.

O interesse em participar do curso de língua portuguesa por todos os funcionários terceirizados consultados sinaliza a importância que a língua tem para o indivíduo independentemente de seu nível de escolaridade. A língua é determinante para que uma pessoa seja inserida em uma determinada cultura, e dentro dessa cultura há espaços para

a inclusão em diferentes contextos. Integrar os servidores terceirizados no contexto universitário é papel de todas as universidades.

Contudo, vemos com preocupação o fato da descontinuidade de ações que envolvam os terceirizados na UFABC. Desde 2015, a universidade não propôs e nem promoveu mais práticas extensionistas ou cursos de capacitação voltados a esse segmento. O regimento interno não prevê a viabilização e oportunidade de estudo por parte dessas pessoas. Temos a esperança de, a partir da exposição dos resultados da iniciativa desse curso, chamar a atenção da comunidade acadêmica, não somente da UFABC, mas também de outras universidades públicas, sobre a importância de agregar ao seu núcleo um grupo essencial ao desenvolvimento das atividades universitárias diárias.

A partir dessa experiência, acreditamos que a universidade deve refletir sobre a inclusão de seus terceirizados nas atividades de extensão e considerar fatores como mobilidade, interesses pessoais, interesses de objetivo comum da comunidade e disponibilidade dos funcionários em suas futuras propostas de extensão. Para o fator disponibilidade, sugerimos um empenho das universidades para que incluam em seus contratos possibilidades de participação dos funcionários terceirizados nas atividades de capacitação voltada aos demais servidores da instituição. Além disso, é preciso incluir os terceirizados em suas metas de capacitação pela inclusão desse público nas regulamentações disponíveis na universidade, de modo a equiparar os mesmos direitos já concedidos aos servidores estáveis.

A reforma trabalhista, aprovada pela Lei 13.467/17, traz mudanças importantes sobre a prestação de serviços terceirizados, o que pode impactar no aumento dessa mão-de-obra no mercado de trabalho. Portanto, devemos nos antecipar a futuros efeitos dessa nova realidade. Vemos como um aspecto totalmente positivo a qualificação de todos os servidores sejam eles estáveis ou não.

O fortalecimento da universidade como um todo somente é possível se cada indivíduo pertencente a esse núcleo tiver as mesmas oportunidades de crescimento. A partir das regulamentações internas consultadas, dos objetivos institucionais da UFABC e do resultado desse projeto de extensão, acreditamos que a universidade tem muito ainda a oferecer para inclusão de seus terceirizados, não somente no eixo da extensão, mas também nos demais pilares que a constitui.

A linguagem mostrou-se como um caminho possível para que alcancemos a inclusão social. Assim, para uma integração mais completa dos pilares da universidade, devemos nos preocupar em inseri-la em projetos de extensão como este, incorporá-la à pesquisa, a partir de estudos que proporcionem conhecimentos sobre o seu uso em diferentes contextos universitários, e difundi-la por meio do ensino aos diversos membros da comunidade acadêmica.

Referências

BAKHTIN, Michael. *Estética da Criação Verbal*. 6ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BORDENAVE, Juan Díaz. *A formação universitária exige integração e equilíbrio nos componentes do triângulo educativo*. In: Formação & transformação. ROLLEMBERG, Marcello (org.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 25 out. 2018.

_____. *Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8112cons.htm. Acesso em 15 nov. 2108.

_____. *Lei 13.467, de 13 de julho de 2017*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm. Acesso em 08 dez. 2018.

LUPIA, Márcia de Oliveira; SILVA, Cleide Lima da. *Apostila. Língua Portuguesa: comunicação eficaz na UFABC*. Santo André, 2015.

MEC/SESu; UFPR; UESC. *Avaliação Nacional da Extensão Universitária/Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras*. Coleção Extensão Universitária. v. 3 [Brasília]: MEC/SESu; [Paraná]: UFPR; [Ilhéus (BA)]:UESC, 2001

PAULA, João Antônio de. *A extensão universitária: história, conceito e propostas*. In: Interfaces. Revista de Extensão, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul. / nov. 2013. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/IREXT/article/view/5>. Acesso em: 25 out. 2018.

UFABC. *Propostas para o Programa de Capacitação de Terceirizados da UFABC 2015*. Edital 005/2015. Disponível em: <http://proec.ufabc.edu.br/editais-e-formularios/editais-em-parceria/propostas-pct-ufabc-2015> . Acesso em 20 out. 2018.

UFABC. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2022*. 2013. Disponível em: http://propladi.ufabc.edu.br/images/PDI/livro_pdi.pdf. Acesso em 08 dez. 2018.

UFABC. Reitoria. Portal do Servidor. *Portaria da Reitoria nº1.001 de 16 de dezembro de 2014*. Disponível em: <http://www.ufabc.edu.br/images/servidor/capacitacao/portaria-1001-2014-capacitacao-e-qualificacao.pdf> . Acesso em: 15 nov. 2018.